



Assembleia Municipal de Chamusca
Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAMUSCA,
REALIZADA NO DIA 25-02-2026, NO SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO
CONCELHO, NA CHAMUSCA

--**PRESENÇAS:** -----

--**Assembleia Municipal** -----

----**Bancada do Partido Socialista doravante PS:** -----

--Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Miguel Alves Pereira Marques; -----

--Primeiro Secretário, Cláudia Sofia Ventura Salvaterra; -----

--Segundo Secretário, Pedro Miguel Martins Braz; -----

--Ricardo Manuel Carvalho de Sousa; -----

--Catarina Sofia Lopes Simão; -----

--Miguel Ângelo Morgado Ferreira Garriapa da Silva; -----

--João Manuel dos Santos Rodrigues; -----

--Vasco Miguel Cordeiro Lopes (Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto); -----

--Mário João Amaro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Ulme); -----

--Joana Andreia das Neves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos); -----

----**Bancada do Movimento Independente Primeiro a Nossa Terra, doravante PNT:** --

--João José Delgado Cardador; -----

--António José Braz Diniz; -----

--Bruna Alexandre Véstia De Sousa; -----

--Anabela da Conceição Gonçalves; -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

Jorge Manuel da Silva Santos (Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande); -----

----**Bancada do Partido Chega:** -----

--Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota; -----

--Íris Ascensão de Matos Joaquim; -----

--**Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU”:** ----

--Ana Filipa Vicente Nunes; -----

----**Bancada da “Coligação Chamusca Concelho com Futuro” – PPD/PSD – CDS-PP, doravante Coligação “Chamusca Concelho com Futuro”:** -----

--Paulo Jorge Batista da Silva Leitão; -----

----**Bancada do “Movimento Presente” doravante MP:** -----

--Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado. -----

----**Câmara Municipal:** -----

--Presidente da Câmara Municipal, Nuno Jorge Lino Mira; -----

--Vereadores: -----

--Rui Miguel de Azevedo Martinho; -----

--Rui Filipe Rodrigues Ferreira; -----

--João Nuno da Costa e Santos; -----

--Lisete Maria Lopes Fidalgo. -----

--SECRETARIOU: -----

--A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Cláudia Sofia Ventura Salvaterra. ----

--A Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal, antecipadamente remetida a todos os Eleitos, nos termos da alínea c) do artigo 29º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi a



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

-----DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO -----

--1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----

-----DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

--2. Declarações previstas no artigo 15.º da LCPA: -----

----a) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025; -----

----b) Declaração de inexistência de pagamentos em atraso em 31/12/2025; -----

----c) Declaração de recebimentos em atraso em 31/12/2025; -----

--3. Mapa de demonstração do Desempenho Orçamental de 2025; -----

--4. Documentos previsionais 2026 - 1.ª Alteração Modificativa (Revisão); -----

--5. Abertura de procedimento concursal para recrutamento de trabalhador para cargo de Direção Intermédias de 2º grau – Chefe de Divisão de Administração e Finanças. -----

--6. Linha CSF Chamusca - Abrantes a 400Kv – Pedido de parecer de não objeção – Atualização de processo. -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia -----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal saudando os presentes e os que, eventualmente, seguem os trabalhos online, declarou aberta a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Chamusca, convocada no dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, a realizar no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

--Informou das faltas devidamente justificadas e respetivas substituições, de: Paula Maria Garcia Monteiro por António José Braz Diniz, PNT; Nuno Gabriel Messias Almeida por Bruna Alexandra Veste de Sousa, PNT e Joel Nunes Marques (Presidente



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

da Junta de Freguesia da Carregueira) por João Manuel dos Santos Rodrigues, PS. -----

--Dando início ao período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia perguntou se algum dos membros tinha documentos a apresentar ou desejava fazer alguma intervenção. -----

--Apresentou-se a Senhora Anabela da Conceição Gonçalves, pelo PNT, que passou a ler a seguinte moção: -----

----- **Moção** -----

-----"Pelo apoio aos agricultores e silvicultores do Concelho da Chamusca -----

--Considerando que: -----

--• As recentes intempéries que atingiram o concelho da Chamusca e o distrito de Santarém provocaram prejuízos significativos nas explorações agrícolas e florestais, nomeadamente em culturas permanentes, pastagens, infraestruturas de rega, armazéns, acessos rurais, povoamentos florestais, e condicionaram a atividade futura impossibilitando o correto funcionamento. -----

--• A agricultura e a silvicultura assumem um papel estruturante na economia do distrito de Santarém e do concelho da Chamusca, quer em termos de criação de emprego, quer na fixação de pessoas no território, na gestão da paisagem e na prevenção de incêndios rurais. -----

--• Muitos agricultores e produtores florestais do concelho são explorações que não devem suportar, sozinhos, os custos da reposição de infraestruturas e da perda de produção assim como os custos do seu adiamento. -----

--• A intensidade de fenómenos extremos (chuvas intensas, cheias rápidas, granizo, vento forte e secas prolongadas), exigem uma resposta articulada entre o poder local, o Governo e as entidades responsáveis pela gestão agrícola e florestal. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--Assim, compete ao Município da Chamusca defender os interesses das populações e dos agentes económicos do concelho, promovendo e ajudando as pessoas no acesso às medidas necessárias para recuperação dos prejuízos e retoma da normalidade. ----

--A Assembleia Municipal da Chamusca delibera: -----

--• Manifestar a sua solidariedade para com todos os agricultores, produtores pecuários e silvicultores do concelho da Chamusca afetados pelas recentes intempéries, assim como todos empresários que se encontram condicionados na sua atividade. -----

--• Recomendar à Câmara Municipal da Chamusca que: -----

--a) Promova, em articulação com as juntas de freguesia, organizações de agricultores e entidades do setor florestal, um levantamento rigoroso dos prejuízos causados pelas intempéries nas explorações agrícolas e florestais do concelho; -----

--b) Apoie tecnicamente os agricultores e silvicultores na instrução de candidaturas aos apoios existentes bem como no suporte administrativo; -----

--c) Avalie a possibilidade de criar ou reforçar medidas municipais extraordinárias de apoio, nomeadamente ao nível de isenções, reduções de taxas municipais diretamente relacionadas com a atividade agrícola e florestal, bem como de apoio logístico à reposição de caminhos rurais e linhas de água; -----

--d) Articule com a Comunidade Intermunicipal e com os municípios vizinhos do distrito ações conjuntas para recuperação dos prejuízos e mobilização de instrumentos financeiros adequados. -----

--Solicitar ao Governo que: -----

--• Proceda com agilidade à disponibilização dos apoios financeiros, de forma a reduzir o sufoco financeiro das empresas e permitir a correta e rápida recuperação; --



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--• Disponibilize, com a maior brevidade, mecanismos extraordinários de apoio à recuperação de infraestruturas produtivas, à reposição de culturas e à estabilização de taludes e linhas de água. -----

--• Reforce as políticas de prevenção de riscos e de adaptação aos fenómenos extremos, nomeadamente no apoio a investimentos em drenagem, conservação do solo, reforço de infraestruturas de rega resilientes e gestão ativa da floresta. -----

--Portanto, manifesta o Grupo Municipal Primeiro a Nossa Terra e a Assembleia Municipal a solidariedade e o apoio incondicional às empresas, agricultores e silvicultores que foram prejudicados pelos recentes acontecimentos, tanto com inundações como por causa da chuva prolongada. -----

--Submete-se a Moção à aprovação, que após aprovada deverá ser enviada, ao Ministério da Agricultura e Mar, Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado das Florestas, à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, CCDDR LVT, e os Municípios do Distrito de Santarém. -----

--Chamusca, 25 de fevereiro de 2026” -----

--Colocada à votação a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--Usando da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Carlos Andrade Rufino Ferreira Mota, do Partido Chega, lamentou a ausência de referência às recentes intempéries na ordem de trabalhos. -----

--Na sua intervenção, apresentou um conjunto de questões, designadamente: critérios para a não inclusão inicial do Concelho no estado de calamidade; apuramento e acesso ao relatório de prejuízos públicos e privados; medidas de apoio às famílias e comerciantes, incluindo eventual isenção de taxas; enquadramento do Concelho nos apoios do PRR e eventual modernização das infraestruturas; articulação



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

com entidades responsáveis por redes e serviços; falhas no fornecimento de energia, funcionamento de geradores e danos por sobrecarga elétrica; constrangimentos nas acessibilidades e risco de isolamento de populações; situação de infraestruturas rodoviárias, incluindo a ponte e o IC3; limpeza de linhas de água e meios operacionais do Município; funcionamento do transporte fluvial no Arripiado; carência de médicos e propostas de fixação de profissionais; atrasos em processos urbanísticos; e medidas no âmbito da proteção civil, incluindo meios, infraestruturas e capacidade de resposta. -----

--Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu desconhecer os critérios do Governo para a não inclusão inicial do concelho no estado de calamidade, referindo que o Município diligenciou nesse sentido, tendo sido posteriormente alcançada a inclusão. -----

--Informou que os prejuízos no património público ascendem a cerca de 11 milhões de euros, tendo também sido registados prejuízos significativos no setor agrícola, e que os apoios existentes são insuficientes, encontrando-se o Município a aguardar novas medidas governamentais, não excluindo apoios de âmbito municipal. -----

--Relativamente às infraestruturas e apoios, referiu que o concelho terá acesso aos mecanismos disponíveis, encontrando-se em fase de definição. No que respeita ao fornecimento de energia, esclareceu que a responsabilidade é da entidade gestora da rede, tendo sido necessário recorrer a geradores, com algumas falhas pontuais, contudo o fornecimento foi reposto na generalidade do concelho em cerca de 48 horas. Confirmou a existência de situações de sobrecarga elétrica, devendo os munícipes formalizar participação para eventual ressarcimento. -----

--Quanto às acessibilidades, indicou que não houve populações isoladas, embora se



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

tenham verificado constrangimentos, esclarecendo ainda situações relativas à ponte e referindo que o IC3 constitui um projeto de médio/longo prazo. -----

--Relativamente à limpeza de linhas de água, disse tratar-se de competência do Município, não tendo conhecimento de falhas generalizadas. Quanto ao transporte fluvial, informou que o mesmo se encontra concessionado. No âmbito da saúde, reconheceu a carência de médicos e a dificuldade na sua contratação. Sobre os processos urbanísticos, referiu que os mesmos dependem de diversos fatores. Por fim, manifestou abertura para analisar propostas no domínio da proteção civil, ressalvando as limitações existentes em termos de competências e recursos. -----

--Interveio o Senhor Deputado Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, M.P., que passou a apresentar a seguinte moção: -----

--"Esta moção vai no âmbito também da Conferência de Líderes, no passado mês de Dezembro, em que foi aprovado pelos líderes parlamentares que fosse solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Executivo Municipal nomeadamente ao Senhor Presidente da Câmara a disponibilização da documentação que é submetida à reunião de Câmara e a posteriori, logicamente para conhecimento da Assembleia Municipal e de todos os membros da Assembleia Municipal, salvaguardando logicamente aqueles que são os dispostos no RGPD e também os dados pessoais. Ora esta solicitação tem como objetivo acompanhar a atividade da Câmara Municipal e exercer logicamente, de forma informada a nossa ação fiscalizadora. -----

A resposta recebida hoje diz não disponibilizar essa informação, não disponibilizar esta documentação sustentando o entendimento segundo o qual o acesso a documentos das reuniões de Câmara não integra de forma direta o âmbito de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

intervenção da Assembleia Municipal. Portanto, se calhar, sobre este entendimento temos de fazer uma reflexão política, uma vez que os documentos são públicos. -----

--Num sistema autárquico democrático a Assembleia Municipal não é apenas um órgão de apreciação formal de propostas que lhes são remetidas, é um órgão responsável pelo acompanhamento e pelo escrutínio da atividade do Executivo, o que pressupõe, logicamente, a possibilidade de conhecer de forma fundamentada as decisões tomadas, os processos que dão suporte e, sobretudo, o enquadramento técnico e financeiro de todas estas decisões. A fiscalização não exerce apenas sobre os atos que chegam à Assembleia, exercem-se sobre toda a atividade municipal no seu conjunto, porque essa atividade que concretiza as opções políticas aprovadas e que tem impacto direto na vida da nossa comunidade. -----

--Sem acesso a informação relevante sobre a atividade do Executivo, o exercício do mandato torna-se necessariamente limitado e equilíbrio institucional entre os órgãos autárquicos fica desta forma muito fragilizado. O pedido apresentado não tinha, com finalidade nenhuma interferir na gestão corrente do Executivo, mas sim permitir o acompanhamento informado das decisões municipais e reforçando assim a transparência e a prestação de contas. Quando o acesso à informação é condicionado por uma interpretação restritiva daquilo que é o papel da Assembleia Municipal o que está aqui em causa não é apenas um procedimento administrativo está em causa o modelo de funcionamento das instituições, as instituições locais e o grau de exigência democrática que se pretende afirmar em cada uma delas. Portanto, o Movimento Presente, pretende uma Assembleia Municipal com capacidade efetiva de acompanhamento e de escrutínio, assente numa cultura de transparência, de acesso à informação relevante e de equilíbrio entre os órgãos autárquicos. A



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

transparência não deve ser entendida como uma faculdade discricionária, mas como princípios estruturantes de governação democrática. -----

--Por isso, vamos continuar a exercer um mandato com rigor, apresentando pedidos de informação concretos e fundamentados no respeito pelas competências de cada órgão, mas afirmando de forma clara a necessidade de uma Assembleia Municipal informada, capaz de cumprir plenamente a sua função fiscalizadora. Portanto, nesse sentido, o Senhor Presidente solicitava que fosse submetido logicamente a votação. Esta disponibilização dos documentos que são públicos submetidos à deliberação da Câmara Municipal, assim como seu respetivo sentido de voto, de forma que a Assembleia Municipal possa acompanhar toda a atividade Municipal.” -----

--Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se verificava um empate, tendo sido concedido um intervalo de cinco minutos para consulta do Regimento quanto à existência de voto de qualidade. -----

--Retomados os trabalhos, e considerando que o Regimento é omissivo nesta matéria, propôs a realização de nova abordagem ao Executivo, no sentido de avaliar a disponibilização de documentação relevante para o exercício das funções fiscalizadoras da Assembleia Municipal. -----

--O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, M.P., referindo não se opor à solução apresentada, considerando tratar-se de um empate sem necessidade de outras diligências; acrescentou que a questão havia sido aprovada por unanimidade pelos grupos municipais, embora manifestasse alguma estranheza quanto à posição assumida pelo Partido Socialista; e salientou que a documentação, já autorizada para disponibilização por via eletrónica, é pública, não



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

sendo necessária consulta em papel nem requerimentos adicionais, podendo ser disponibilizada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existem dois órgãos distintos no Município da Chamusca — Câmara Municipal e Assembleia Municipal —, devendo a documentação ser enviada ao órgão competente, e ressaltou que o Município cumpre corretamente este procedimento, mantendo a Assembleia Municipal o seu papel fiscalizador; acrescentou que os deputados devem formalizar pedidos à Mesa para obtenção de documentos, que o envio direto de documentação da Câmara para a Assembleia sem seguir procedimentos não é adequado, e reiterou o respeito pela Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador. -----

--Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, M.P., referindo que a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador distinto da Câmara Municipal nos termos da Lei n.º 75/2013, e que toda a atividade da Câmara, bem como os documentos de suporte das deliberações, devem ser acompanhados pela Assembleia; acrescentou que o seu pedido visava apenas um ajuste de procedimento facilitador para agilizar o envio de documentação após a reunião da Câmara, sem criar entraves ou interferir nas deliberações, e que os deputados podem solicitar documentação para conhecimento, respeitando sempre os procedimentos legais e a proteção de dados pessoais nos termos do RGPD. -----

--Pela bancada da CDU, Ana Filipa Vicente Nunes anunciou a apresentação de duas moções e uma saudação, iniciando de seguida a sua intervenção: -----

-----Moção -----

-----"Construção da nova Ponte da Chamusca e conclusão de IC3 -----

--O nosso país sofreu recentemente as agruras das situações climáticas, que terão



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

um peso significativo naquilo que são as opções orçamentais do poder central e, consequentemente, nos orçamentos municipais. -----

--Estas adversidades abateram-se no Concelho da Chamusca com características muito específicas, sobre as quais é necessário tomar atitudes concretas. Sabendo que foram comprometidas vias de circulação por todo o concelho, que condicionam a circulação rodoviária de toda uma região, releva-se aqui a situação incontornável da Ponte da Chamusca e do troço por concluir do IC3. -----

--Esta intempérie veio, mais uma vez, revelar a necessidade de atuação do poder central e do cumprimento das promessas que têm sido feitas ao longo dos anos. -----

--Perante as promessas feitas por parte das forças políticas eleitas, que estão neste momento em posição de destaque na Assembleia da República, a Assembleia Municipal coloca que a Câmara Municipal assuma o compromisso de: -----

-- -Exigir ao Governo a conclusão do IC3 e a construção da nova ponte na Chamusca. -

-- -Reclamar medidas concretas sobre a Ponte da Chamusca. -----

-- -Mandatar a Câmara Municipal da Chamusca para que, junto do Governo e das entidades competentes, defenda a conclusão do IC3 e a construção da nova ponte da Chamusca. -----

-- - Mandatar a Câmara Municipal da Chamusca para que contacte o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos de Santarém o mais rapidamente possível, a fim de organizarem uma ação reivindicativa. -----

--A CDU reafirma que a situação da Ponte da Chamusca e da conclusão do IC3 transborda o nosso concelho e se torna uma situação de necessidade para toda a região e, consequentemente, para o país. -----

--Chamusca 25 de Fevereiro -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--Pela CDU na Assembleia Municipal da Chamusca -----

--Ana Filipa Nunes” -----

--Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

--De imediato, a Deputada passou a expor a segunda Moção: -----

-----"Mocção -----

-----8 de Março – Dia Internacional da Mulher -----

-----Símbolo da luta das mulheres pelos seus direitos, na lei e na vida -----

--No próximo dia 8 de Março assinala-se o Dia Internacional da Mulher. Uma data que alguns procuram esvaziar do seu conteúdo histórico e político, mas que permanece profundamente atual enquanto expressão da luta das mulheres contra a discriminação, a exploração e a opressão. -----

--Instituído em 1910, o Dia Internacional da Mulher afirma-se como símbolo da luta das trabalhadoras contra jornadas desumanas, baixos salários, ausência de direitos na maternidade e desigualdade na lei e na vida. Em Portugal, esta data está ligada à resistência das mulheres ao fascismo, à luta pela liberdade, pela democracia e pela paz. -----

--Com a Revolução de Abril, abriu-se um caminho de transformação profunda da sociedade portuguesa. A consagração constitucional da igualdade entre mulheres e homens, o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à habitação e à dignidade humana representaram conquistas históricas. O poder local democrático constituiu também um instrumento determinante para o progresso social, sentido de forma concreta na vida das mulheres. -----

--Importa igualmente valorizar e honrar todas as mulheres que, ao longo de gerações, lutaram pela liberdade, pela democracia, pelo direito ao voto e por uma vida de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

igualdade, muitas vezes enfrentando a repressão e a perseguição do regime fascista. -
--Contudo, apesar dos avanços, a igualdade consagrada na Constituição da República Portuguesa continua longe da vida real de muitas mulheres. Persistem desigualdades salariais, precariedade laboral, desvalorização profissional, sobrecarga de trabalho, maiores dificuldades no acesso à habitação e à autonomia financeira. Persistem, igualmente, situações de violência e discriminação que exigem resposta firme do poder público. -----

--O Dia Internacional da Mulher é, por isso, não apenas uma celebração, mas um momento de exigência pública: por salários dignos, serviços públicos fortes, combate à exploração e às violências, reforço da proteção na maternidade e valorização do papel das mulheres em todos os domínios da sociedade. Porque sem justiça social não há igualdade. E sem igualdade não há democracia. -----

--A Assembleia Municipal: -----

--● Saúda todas as mulheres do Concelho, designadamente as trabalhadoras da autarquia reconhecendo o seu papel determinante no desenvolvimento da população; -----

--● Saúda as mulheres eleitas nos órgãos autárquicos, as que intervêm no movimento associativo e popular e nas diversas organizações que atuam na defesa da igualdade;

--● Saúda as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que, de forma unitária, as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na afirmação desta data e na defesa dos direitos das mulheres. -----

--A Assembleia Municipal coloca que a Câmara Municipal assume o compromisso de:

--1. Reunir com o Movimento Democrático das Mulheres para discutir o



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

desenvolvimento de ações no concelho no âmbito da defesa das mulheres. -----

--2. Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres no Concelho, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães, intercedendo junto do poder central pelo cumprimento efetivo dos seus direitos e pela concretização da igualdade no trabalho e na vida; -----

--3. Contribuir para a eficácia dos instrumentos de prevenção e combate à violência doméstica, exigindo do poder central a criação e reforço de uma rede pública articulada apoio às vítimas. -----

--Chamusca, 25 de fevereiro de 2026 -----

--Pela CDU na Assembleia Municipal -----

--Ana Filipa Nunes” -----

--Tal como a anterior, esta moção foi aprovada por unanimidade. -----

--Na sequência, a mesma Deputada apresentou a seguinte saudação: -----

-----"Saudação -----

--A Assembleia Municipal da Chamusca, saúda o empenho da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Chamusca, da Proteção Civil e da GNR do Concelho que em condições exigentes estiveram no terreno a proteger pessoas, habitações, bens, infraestruturas. Lembra-se também um papel determinante das populações que, numa demonstração de solidariedade se mobilizaram para apoiar vizinhos e colaborar nas operações de socorro. -----

--A força do povo, do povo é decisiva, mas a responsabilidade do Estado assegura a prevenção, investimento público e a respostas estruturada que evite a repetição destas situações. -----

--A ocorrência destes fenómenos vem expor fragilidades estruturais conhecidas, -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

designadamente ao nível da acessibilidade rodoviária e da segurança das pontes e passagens sobre linhas de água no concelho. A Assembleia Municipal tem alertado para as necessidades de intervenção e reforço destas infraestruturas fundamentais à mobilidade, à segurança e à coesão territorial. -----

--Não é aceitável que fenómenos meteorológicos mais intensos continuem a implicar cortes de estradas, isolamento de populações e riscos acrescidos para pessoas e bens. Os acontecimentos agora verificados reforçam a necessidade de adoção de medidas concretas por parte do poder central, nomeadamente o reforço dos meios humanos e materiais dos corpos de bombeiros, forças de segurança e estruturas de proteção civil, assegurando estabilidade e valorização profissional, financiamento adequado e regular para aquisição e manutenção de viaturas, equipamentos e sistemas de comunicações, intervenções estruturadas na acessibilidade e pontes do concelho, garantindo segurança das populações, limpeza e desassoreamento de linhas de água e manutenções preventivas das infraestruturas hidráulicas. -----

--Criação de mecanismos céleres de apoio a indenizações às populações, agricultores pequenos empresários e autarquias afetadas. Desta forma, a Assembleia Municipal da Chamusca unida em sessão delibera expressar o seu reconhecimento público aos bombeiros, Forças de Segurança, Proteção Civil e demais operacionais envolvidos. Manifestar solidariedade para com todas as populações afetadas e reafirmar a necessidade de investimento público nas acessibilidades, pontes, infraestruturas do concelho, bem como nos reforços nos meios de prevenção e respostas às situações de intempérie.” -----

--A saudação foi aprovada por unanimidade. -----

--Prosseguindo no uso da palavra a Deputada Ana Filipa Vicente Nunes questionou



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

sobre o Centro de Acolhimento Social da Carregueira, os apoios a assumir pelo Executivo e o ponto de situação do processo em tribunal entre o Executivo e a direção da IPSS. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o ponto de situação do processo do Centro de Apoio Social da Carregueira, em tribunal, consta do relatório de atividades do Executivo Municipal e está disponível para consulta pela Deputada, referindo que a instituição atravessa grandes dificuldades. -----

--O Executivo Municipal pretende chegar a acordo com a instituição, extinguindo o litígio e apoiando-a face a atrasos de vencimentos e subsídios, manifestando confiança de que as partes se entenderão, permitindo à instituição continuar a desempenhar as suas funções. -----

--A Deputada do PNT, Bruna Alexandre Véstia de Sousa, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a segurança da ponte da Chamusca, considerando o anúncio do Ministro das Infraestruturas sobre auditorias a todas as infraestruturas, solicitando esclarecimentos sobre a fundamentação da afirmação de que a ponte não se encontra em perigo, sem qualquer suporte técnico. -----

--O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, caso houvesse risco para a segurança, a ponte estaria fechada ao tráfego e mencionou que o Município realizará avaliações das infraestruturas, nomeadamente das pontes, incluindo inspeção por entidade externa, para garantir a segurança. -----

--A Deputada do PNT levantou questões sobre o posicionamento do Executivo Municipal à alteração da incineradora na Termo Green e propôs monitorização contínua das emissões, concluindo que o grupo se opõe à alteração na ausência destas medidas. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--O Presidente da Câmara afirmou que o Município da Chamusca enviou parecer, mas não apresentou oposição à transformação realizada pela empresa. -----

--O Senhor Vereador João Nuno da Costa e Santos, do PNT, afirmou que, tanto ele como o Vereador Rui Martinho, entendem que, enquanto não estiverem garantidas as condições de acessibilidade, fiscalização e bom funcionamento do Eco Parque, não se deve expandir a receção de resíduos, posição também transmitida em consulta pública. -----

--A Deputada Bruna Alexandre Véstia de Sousa apresentou dúvidas sobre o ponto de situação do Eco Parque, incluindo incumprimentos, grupo de trabalho, medidas corretivas, investimentos, receitas, certificação ISO gestão da célula dois do aterro, osmose inversa, estudos desde 2022 e contratos de gestão delegada, solicitando que todas as questões que remeteram à mesa sejam devidamente esclarecidas. -----

--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal citando a complexidade das questões apresentadas, recomendou que, futuramente, sejam remetidas às bancadas e à comissão de líderes para debate estruturado e determinou que as mesmas sejam enviadas à mesa para resposta posterior. -----

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a RSTJ não realiza descargas de lixiviados na ribeira, até porque se trata de prática ilegal. Indicou ainda que a receita prevista de dois milhões de euros, no âmbito do contrato com a Eco Lezíria, não se concretizou devido a uma quebra unilateral, o que agravou a situação financeira da entidade. -----

--Acrescentou que a RSTJ necessita de investimento, implicando o ajustamento de tarifas, referindo que, no contexto nacional, os municípios servidos apresentam maior estabilidade. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--Concluiu informando que a RSTJ dispõe de capacidade de resposta para quatro a cinco anos, mantendo-se, contudo, a necessidade de melhoria. -----

--A Deputada do PNT, Bruna Alexandre de Sousa, reconheceu a necessidade de encaminhar adequadamente os resíduos, salientando que a ausência de locais de deposição noutros municípios preocupa todos os consumidores. Destacou que a gestão de resíduos vai além da deposição e que o Município, enquanto parte da RSTJ, deve assegurar a saúde pública e a conservação dos ecossistemas. Referiu, ainda, que a transformação da Termo Green em incineradora poderá ser uma solução a longo prazo, sem garantias quanto ao seu efeito futuro. -----

--A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, Joana Andreia das Neves Gonçalves, PS, apresentou a seguinte Saudação: -----

--"A todas as autoridades e entidades envolvidas nestes dias de intempéries foram, mas também de aprendizagem para todos. Por isso, quero saudar, no âmbito da Proteção Civil a GNR da Chamusca, os incansáveis Bombeiros Voluntários da Chamusca, aos funcionários do Município, ao Município, aos funcionários das Juntas de Freguesia, aos meus colegas Presidentes da Junta e também à pessoa que coordena a Proteção Civil e à Proteção Civil da Chamusca o meu muito obrigado." -----

--A Saudação foi votada e aprovada por unanimidade. -----

--Pela bancada do Partido Chega a Senhora Deputada Iris Ascensão de Matos Joaquim, abordou a alteração na composição nutricional dos lanches nos jardins de infância e escolas primárias, referindo que as crianças passaram a receber apenas tortilhas, em substituição dos produtos anteriores, resultando, segundo relatos, em crianças que regressam a casa com fome. Manifestou preocupação com a qualidade nutricional, a falta de comunicação aos encarregados de educação e a necessidade de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

esclarecer os critérios que motivaram a mudança, solicitando informações sobre os motivos da alteração, a ausência de aviso prévio e as medidas da Câmara Municipal para garantir que os lanches cumpram as recomendações da DGS. -----

--A Vereadora Lisete Maria Lopes Fidalgo, PS, explicou, com base na informação da nutricionista do Município, que a alteração nos lanches da tarde se aplica apenas ao Jardim de Infância e não aos alunos do primeiro ciclo. A reformulação visou diversificar os alimentos, introduzir fruta, reduzir açúcares adicionados e manter laticínios, melhorando o valor nutricional sem reduzir o aporte energético. A mudança está alinhada com as recomendações da Direção-Geral da Saúde e foi bem aceite pelas crianças. As ementas são monitorizadas e sujeitas a ajustes, considerando também sugestões de encarregados de educação e educadores. A ementa está em vigor desde o início do ano letivo e disponível para consulta. -----

--A Deputada do CHEGA questionou se os encarregados de educação não deveriam ter sido avisados previamente. -----

--A Vereadora respondeu que a reformulação ocorreu no início do ano letivo, antes da posse do atual executivo, não sendo possível confirmar a comunicação prévia. -----

--Informou que as ementas estão disponíveis nas plataformas do Município e no site da Educação, que a alteração decorreu de pedidos de encarregados de educação e educadores e avaliada semestralmente, mantendo-se o plano alimentar apesar de uma discordância isolada. -----

-----DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO-----

--1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca apresentou o relatório de atividades de dezembro de 2025, destacando receitas líquidas de 21.795.649,87€ e



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

um grau de execução da despesa de 72,603%, com pagamentos totais de 19.227.157,61€. Relativamente à situação financeira, referiu que o capital por amortizar é de 668.673,02€ e que a dívida a fornecedores apresenta um valor residual de 45.085,40 €. Quanto aos recursos humanos, informou que o Município conta com duzentos e vinte e três funcionários por tempo indeterminado, onze a termo e quatro em contratos de emprego-inserção, terminando com a disponibilidade de todo o Executivo para esclarecer dúvidas sobre o documento. -----

--O Senhor Deputado João José Delgado Cardador, PNT, questionou a avença das aulas de teatro da RUCHA, a escolha da técnica e se outros encenadores locais foram consultados. Solicitou também esclarecimentos sobre o processo n.º 488/21, relativo ao Centro de Apoio Social da Carregueira e ao Município das Chamusca, nomeadamente os pedidos de 859.000€ e 714.996,47€, indagando se são reivindicações concretas ou tentativas de equilíbrio. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a pessoa que presta serviços e dá as aulas de teatro da RUCHA já o faz há alguns anos. Por se tratar de continuidade e dado que o ano letivo já iniciou, mantém-se esta prestação até ao final do ano letivo. No final do ano, serão avaliadas todas as pessoas com condições para prestar este serviço. O contrato foi mantido até ao final do ano letivo para permitir uma avaliação adequada, evitando que contratos terminem no meio do ano letivo. -----

--Quanto ao processo n.º 488/21, o Centro de Apoio Social da Carregueira entende que o Município da Chamusca lhe deve 859.456,97€, enquanto o Município da Chamusca entende que é o Centro de Apoio Social da Carregueira que lhe deve 714.996,47€, o processo encontra-se em tribunal há alguns anos. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--O Deputado João José Delgado Cardador (PNT) solicitou esclarecimentos sobre o valor que o Município entende ser devido pelo Centro de Apoio Social da Carregueira, manifestando que a informação fornecida não responde totalmente às suas dúvidas.

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o processo está relacionado com pagamentos efetuados no âmbito da construção do lar, existindo um diferendo entre o Centro de Apoio Social da Carregueira e o Município da Chamusca. Referiu que, à data da ação judicial, o Centro entendia ter ainda a receber 859.000€, o Município considerava ter cumprido integralmente e, inclusive, pago em excesso o montante de 714.996,47€, resumindo-se o processo a esta divergência. -----

--2. Declarações previstas no artigo 15.º da LCPA: -----

----a) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025; -----

----b) Declaração de inexistência de pagamentos em atraso em 31/12/2025; -----

----c) Declaração de recebimentos em atraso em 31/12/2025; -----

--O Senhor Presidente da Câmara indicou que se trata de documentos para conhecimento, decorrentes da lei, não tendo qualquer intervenção a fazer sobre os mesmos. -----

-----DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO-----

--3. Mapa de demonstração do Desempenho Orçamental de 2025; -----

--Nada surgindo o ponto foi votado e aprovado por maioria, com cinco votos contra do PNT, quatro abstenções (uma da CDU, duas do Partido Chega e uma da Coligação “Chamusca Concelho com Futuro”) e onze votos favoráveis do MP e do PS. -----

--4. Documentos previsionais 2026 - 1.ª Alteração Modificativa (Revisão); -----

--Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, do MP, que, no âmbito da apreciação da revisão orçamental, referiu a necessidade de



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

reanálise das Grandes Opções do Plano (GOP) 2026–2031, assinalando fragilidades na coerência entre os objetivos estratégicos e a afetação de recursos financeiros, nomeadamente pelo facto de o investimento representar menos de metade do total e pela reduzida dotação em áreas como o desenvolvimento económico. Mais referiu que a Revisão Orçamental n.º 1 não contempla o reforço do Plano Plurianual de Investimentos, tendo o saldo de gerência sido canalizado para despesa corrente, registando-se igualmente reduções no investimento. Salientou ainda a ausência de alinhamento estratégico com financiamentos comunitários, concluindo pela existência de limitações ao nível da consistência estratégica e da definição de prioridades. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à intervenção, referindo que a execução orçamental de 2025 ficou abaixo do previsto, salientando que tal facto deve ser analisado à luz das diferenças entre os exercícios de 2025 e 2026 e das alterações verificadas na estrutura orçamental, incluindo a reconfiguração de várias rubricas. Mais referiu que a execução de projetos financiados depende da aprovação das respetivas candidaturas e do respetivo enquadramento técnico e financeiro, existindo ainda constrangimentos associados ao planeamento e execução de intervenções municipais em curso. -----

--O Senhor Deputado Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado colocou questões sobre o modelo de desenvolvimento territorial a implementar até 2031, conforme refletido nas opções financeiras assumidas, nomeadamente quanto à proporção do investimento estruturante no total do orçamento e à transformação que se pretende alcançar. Indagou de que forma se concretiza a aposta na educação e na fixação de jovens e famílias, face à dotação reduzida para projetos estruturantes, bem como se



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

se trata de uma estratégia de transformação ou de mera continuidade administrativa, solicitando a informação de indicadores concretos. -----

--Questionou ainda a prioridade atribuída ao desenvolvimento económico, tendo em conta a reduzida dotação para o empreendedorismo, bem como a existência de uma estratégia cultural e turística com impacto económico e social no concelho. Por fim, pediu esclarecimentos sobre a estratégia de captação e integração de fundos comunitários e o respetivo alinhamento com o enquadramento regional, designadamente no âmbito da Lezíria do Tejo. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à intervenção, referindo que, no que respeita ao Orçamento de 2025, o mesmo não terá sido integralmente executado nos termos previstos, salientando que a execução ficou aquém do orçamentado e que tal deve ser analisado à luz dos níveis de execução considerados adequados. Acrescentou que a comparação entre os exercícios de 2025 e 2026 deve ter em conta diferenças estruturais relevantes, designadamente a redução global do orçamento e a reconfiguração de diversas rubricas, incluindo a exclusão ou alteração de determinados projetos e áreas de despesa. -----

--Mais referiu que a integração de projetos financiados depende da aprovação das respetivas candidaturas, sendo os valores inscritos em função dos montantes aprovados, e que existem condicionamentos associados à execução de projetos em curso, nomeadamente no que respeita a intervenções municipais faseadas e a constrangimentos técnicos e de planeamento. -----

--O Senhor Deputado do MP considerou pouco relevante a discussão do orçamento de 2025, no enquadramento da revisão orçamental, salientou tratar-se de um instrumento de gestão municipal, integrando as Grandes Opções do Plano e o Plano



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

Plurianual de Investimentos, sublinhando o carácter político da apreciação. -----

--Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Câmara apresentou as suas opções políticas, dispondo de cerca de quatro anos de mandato para execução do respetivo planeamento. -----

--O Senhor Deputado da Coligação “Chamusca Concelho com Futuro”, Paulo Jorge Batista Leitão, reconheceu o contexto das recentes intempéries, defendendo, ainda assim, maior exigência, transparência e coerência na gestão municipal. Considerou que a revisão orçamental traduz uma reconfiguração política do orçamento, com reduzido escrutínio, referindo a afetação de cerca de 2,57 milhões de euros de saldo de gerência a despesa corrente, acompanhada de cortes em projetos anteriormente considerados prioritários. Alertou para a falta de coerência com as Grandes Opções do Plano, para a redução da capacidade de fiscalização da Assembleia Municipal e para possíveis riscos em candidaturas e financiamentos, tendo colocado questões ao Executivo sobre os impactos da revisão, concluindo pela existência de défice de transparência e previsibilidade. -----

--O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e esclareceu que as alterações orçamentais não colocam em causa qualquer projeto, correspondendo a ajustamentos de gestão corrente e à execução das intervenções, referindo não se tratar de desinvestimento, mas de redistribuição de verbas entre rubricas, rejeitando a existência de falta de transparência e afirmando que o orçamento se encontra devidamente estruturado, mostrando-se disponível para prestar esclarecimentos técnicos, reconhecendo a complexidade do documento, enquadrando-a na dinâmica da gestão municipal e na maturidade dos projetos, acrescentando que algumas rubricas apresentam dotações reduzidas por impossibilidade de calendarização



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

rigorosa, concluindo que será assegurada a execução do programa assumido perante a população. -----

--Foram os Documentos previsionais 2026 - 1.ª Alteração Modificativa (Revisão) aprovados por maioria, com quatro votos contra (dois do Partido Chega, um do MP e um da Coligação “Chamusca Concelho com Futuro”), seis abstenções (uma da CDU e cinco do PNT) e dez votos favoráveis do PS. -----

--5. Abertura de procedimento concursal para recrutamento de trabalhador para cargo de Direção Intermédias de 2º grau – Chefe de Divisão de Administração e Finanças. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Dra. Carla Borba, regressou, por opção própria, ao seu lugar de origem na Câmara Municipal de Alpiarça, tendo sido assegurada a sua substituição por trabalhador do quadro de pessoal do Município, em regime de substituição, encontrando-se em curso abertura do respetivo procedimento concursal, no âmbito do qual a presente proposta é submetida à Assembleia Municipal. -----

--A Senhora Deputada do CHEGA, Iris Ascensão, questionou o Executivo sobre os critérios de contratação de técnicos superiores, nomeadamente quanto à atribuição de níveis remuneratórios superiores a novos elementos, face a trabalhadores já em funções, alertando para possíveis situações de injustiça e desmotivação. -----

--Referiu, ainda, que acompanharão o procedimento concursal, defendendo a necessidade de garantir a transparência, isenção e respeito pelos princípios do mérito e da legalidade, admitindo a possibilidade de solicitar auditoria externa em caso de irregularidades. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a proposta em apreciação visa a abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, encontrando-se definidos os termos legais, designadamente júri e áreas de atuação. -----

--Mais referiu que o concurso será público e conduzido nos termos da lei, garantindo igualdade de acesso e possibilidade de seleção de qualquer candidato, não estando condicionada à pessoa atualmente em regime de nomeação provisória. -----

--Nada mais surgindo o ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. ---

--6. Linha CSF Chamusca - Abrantes a 400Kv – Pedido de parecer de não objeção – Atualização de processo. -----

--Sobre esta matéria o Senhor Deputado do Partido Chega, Luis Carlos Andrade Rufino Mota, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

--"Nomeadamente ao nível da implantação destes sistemas fotovoltaicos, inclusive em defesa de uma política de energia verde. No entanto, encontram-se a destruir espaços de floresta e espaços agrícolas para a implementação dos mesmos. Não é uma política com a qual concordamos. -----

--Achamos que os espaços urbanos têm pleno espaço para que esse investimento seja feito, como se tem verificado a nível nacional, não só aqui. -----

--Cada vez mais se assiste à destruição de espaço florestal para a implementação destes projetos. Nós não podemos compactuar com isto. Nesse sentido, ao permitirmos um voto favorável, estamos a criar incentivos para a continuação da destruição de espaços verdes. Não é a nossa política, pelo que fica assim justificado o nosso sentido de voto nesta questão." -----

--A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o parecer não vinculativo



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

de não objeção ao projeto da Linha (LMAT) CSF Chamusca – Abrantes, a 400 kV, com vista à sua submissão à Direção-Geral de Energia e Geologia, para efeitos de emissão da respetiva Licença de Estabelecimento, condicionado às considerações anteriormente emitidas pelo Município no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, devendo este ser novamente consultado em caso de alteração do projeto, com dois votos contra do Partido Chega, uma abstenção da CDU e dezassete votos favoráveis dos restantes eleitos. -----

--Concluída a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público sobre a existência de eventuais intervenções, tendo-se apresentado a cidadã Isabel dos Santos, que felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela sua tomada de posse e pela execução do “Parque dos Sonhos”, bem como pela atuação demonstrada em situações recentes de intempéries que afetaram o concelho, referindo ainda o anúncio de apoio por parte do Governo. -----

--Agradeceu a disponibilidade do Senhor Presidente para a receber e para acompanhar uma questão relacionada com animais, destacando a celeridade na resposta dos serviços municipais e manifestando satisfação pela futura criação de um espaço para animais errantes. Referiu ainda o atendimento prestado relativamente a uma situação anteriormente não respondida pelo anterior executivo. Por fim, expressou confiança na continuidade de uma postura de proximidade, empatia e disponibilidade do atual executivo para com os munícipes. -----

--O suporte digital desta sessão, designado de Sessão Ordinária de vinte cinco de fevereiro de 2026, encontra-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio à presente ata, pelo que há partes em que apenas são feitas referências sumárias das intervenções. -



Assembleia Municipal de Chamusca

Mandato 2025/2029

(S.O. 25/02/2026)

--Nada mais surgindo o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata, aprovada em minuta para efeitos imediatos, que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa e segundo-secretário passo a assinar.-----
